

DECISÃO DA PREGOEIRA AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELAS EMPRESAS – BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 15.800.170/0001-28 E CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA, CNPJ Nº 13.070.801/0001-75, CONTRA A HABILITAÇÃO DA CONSTRUTORA ALJA LTDA, CNPJ Nº 25.050.261/0001-47, NO EDITAL Nº 90005/2025, ITEM 01, QUE TEM POR OBJETO: *Execução dos serviços de pavimentação asfáltica com Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ, por Sistema de Registro de Preços – SRP, em vias de diversos municípios inseridos na área de atuação da Codevasf, no Estado do Tocantins, conforme quantitativos estimados na planilha de custos, contemplando o Item 1 – Pavimentação asfáltica com CBUQ.*

1 – CONSIDERAÇÕES

Preliminarmente, registra-se que a análise das propostas e da documentação de habilitação das licitantes participantes do Pregão Eletrônico nº 90005/2025 foi realizada pela Pregoeira e sua Equipe de Apoio, no âmbito da sessão pública, com estrita observância aos princípios basilares da licitação e aos critérios estabelecidos no instrumento convocatório.

O presente certame é regido prioritariamente pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) e pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEVASF – RILC, aplicando-se a Lei nº 14.133/2021 apenas de forma subsidiária e no que couber, conforme expressamente previsto no Edital e em seus Anexos.

2 – RESUMO DOS FATOS

O Pregão Eletrônico nº 90005/2025 teve sua sessão pública realizada no âmbito do sistema eletrônico de compras governamentais, oportunidade em que, após a fase de lances e a análise da proposta mais bem classificada, foi declarada vencedora do Item Único do certame a empresa CONSTRUTORA ALJA LTDA, CNPJ nº 25.050.261/0001-47.

Inconformadas com o resultado do julgamento, as empresas BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 15.800.170/0001-28, classificada na 4ª colocação, e CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA, CNPJ nº 13.070.801/0001-75, classificada na 6ª colocação, manifestaram tempestivamente intenção de recurso e, na sequência, apresentaram suas razões recursais por meio do sistema eletrônico.

Em síntese, os recursos interpostos questionam o julgamento da proposta vencedora e a habilitação econômico-financeira da empresa declarada vencedora, conforme será detalhado nos tópicos subsequentes.

Registre-se que os recursos foram interpostos por licitantes legitimadas, dentro do prazo estabelecido no Edital, razão pela qual são conhecidos, passando-se à análise do mérito.

3 – QUANTO AO MÉRITO DAS ALEGAÇÕES FORMULADAS

A análise do mérito observará estritamente os critérios objetivos estabelecidos no Edital, em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

As razões recursais apresentadas pelas empresas recorrentes concentram-se em supostas irregularidades relacionadas ao critério de julgamento adotado, à aplicação do desconto linear, à exequibilidade da proposta vencedora e ao atendimento das exigências de qualificação econômico-financeira previstas no Edital.

3.1 – Das alegações da empresa **BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA**

Em seu recurso administrativo, a empresa BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA insurge-se contra a decisão que resultou na desclassificação de sua proposta de preços e na classificação da empresa vencedora, alegando, textualmente, o que segue:

“Trata o presente de recurso de irresignação do Recorrente em face da decisão da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf – 10ª Secretaria Regional de Licitações – 10ª/SL, na qual a licitante BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA-ME teve sua proposta de preços DESCLASSIFICADA por não atendimento ao item 9.2 do Edital em referência.

Diante da mudança de critério de julgamento das propostas de preços da licitante ora recorrente, faz-se necessária uma avaliação pormenorizada, a fim de que, ao final, tenha sua proposta de preços CLASSIFICADA.”

No mesmo sentido, a recorrente sustenta suposta ilegalidade na aplicação do critério de julgamento, afirmando que:

“O critério de julgamento adotado foi o de MAIOR DESCONTO, nos termos do art. 54, inciso II e §4º da Lei nº 13.303/2016, contudo, houve ilegalidade na forma de aplicação do desconto linear, o que acabou por prejudicar a proposta da recorrente.”

A empresa recorrente também alega inexecuibilidade da proposta da vencedora, sob o argumento de suposto descumprimento de pisos salariais, nos seguintes termos:

“Os valores referentes à mão de obra apresentados pela empresa vencedora não observam os pisos salariais normativos da categoria, configurando proposta inexecuível, em afronta ao Termo de Referência e à legislação trabalhista vigente.”

Ressalte-se que incumbia à recorrente o ônus de demonstrar, de forma objetiva e técnica, a alegada inexecuibilidade, o que não ocorreu.

3.2 – Das alegações da empresa **CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA**

A empresa CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA, por sua vez, insurge-se contra a habilitação da empresa vencedora, concentrando suas alegações na suposta inobservância das exigências relativas à qualificação econômico-financeira, afirmando, *ipsis litteris*:

“A empresa CONSTRUTORA ALJA LTDA não atende às exigências de qualificação econômico-financeira previstas no item 10.5 do Edital, uma vez que o patrimônio líquido apresentado se encontra comprometido por contratos em execução, não demonstrando capacidade financeira suficiente para execução do objeto licitado.”

A recorrente sustenta, ainda, que:

“A mera apresentação de balanço patrimonial não comprova a efetiva disponibilidade do patrimônio líquido exigido, sendo necessária a análise do comprometimento financeiro decorrente de contratos vigentes.”

4 – DA CONTRARRAZÃO

Em face dos recursos interpostos, foi oportunizada a apresentação de contrarrazões, nos termos do Edital, tendo a empresa CONSTRUTORA ALJA LTDA, CNPJ nº 25.050.261/0001-47, apresentado manifestação tempestiva, na qual rebateu, de forma técnica e fundamentada, todas as alegações formuladas pelas recorrentes.

Em suas contrarrazões, a empresa vencedora esclareceu, entre outros pontos, que:

“Não houve qualquer mudança no critério de julgamento do certame, tendo sido adotado exatamente o critério de MAIOR DESCONTO previsto no Edital, nos termos do art. 54, inciso II e §4º, da Lei nº 13.303/2016, sendo a readequação da planilha mera consequência aritmética do lance final ofertado.”

Além disso, destacou que:

“A alegação de inexecutabilidade carece de qualquer prova técnica concreta, sendo pacífico o entendimento do Tribunal de Contas da União de que preços inferiores aos referenciais SICRO ou SINAPI não caracterizam, por si só, inexecutabilidade da proposta.”

E, quanto à qualificação econômico-financeira, consignou que:

“O patrimônio líquido da Construtora ALJA LTDA, no valor de R\$ 10.583.245,15, é superior ao mínimo exigido de R\$ 10.478.699,58, inexistindo qualquer previsão editalícia de análise de patrimônio líquido residual ou deduções por contratos em execução.”

5 – DA DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando que as alegações recursais não trouxeram fatos novos ou elementos técnicos capazes de demonstrar irregularidade no julgamento do certame, e constatado o integral atendimento, pela empresa vencedora, às exigências do Edital e do Termo de Referência, **DECIDO:**

CONHECER dos recursos administrativos interpostos pelas empresas BWC ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS LTDA e CVC CONSTRUTORA VALE DO CUNHÃS LTDA, para, no mérito, NEGAR-LHES PROVIMENTO, mantendo-se integralmente a decisão que declarou vencedora a empresa **CONSTRUTORA ALJA LTDA**, CNPJ nº 25.050.261/0001-47, no Pregão Eletrônico SRP nº 90005/2025.

Palmas – TO, 08 de janeiro de 2026

TAINARA GOMES PEREIRA SANTOS
Pregoeira do Edital 90005/2025